



(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 049/2014 DO CEPE).

PROGRAMA DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA: Direito Ambiental Brasileiro	CÓDIGO: XXX
DEPARTAMENTO: Biologia	ÁREA: Ensino das Ciências Biológicas
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4C
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 2h
PRÉ-REQUISITOS: Nenhum	
CO-REQUISITOS: Nenhum	
SEMESTRE/ANO DE APLICAÇÃO: 2013.2	

EMENTA

Meio ambiente como bem tutelado pelo direito. Objeto e objetivos do Direito Ambiental. Princípios gerais do Direito Ambiental. Interesses individuais, coletivos, difusos e individuais homogêneos. Evolução do Direito Ambiental brasileiro. Desenvolvimento econômico e meio ambiente. O meio ambiente no Direito Constitucional. Tutela infraconstitucional do meio ambiente. Meios processuais de defesa ambiental.

OBJETIVOS

Objetivo Geral: Espera-se contribuir para a apropriação crítica de conhecimentos do Direito Ambiental brasileiro em uma perspectiva interdisciplinar norteada pelo critério da unidade entre teoria e prática.

Objetivos específicos:

- Compreender a metodologia, fontes e princípios gerais do Direito Ambiental;
- Conhecer a evolução do Direito Ambiental brasileiro e a legislação básica;
- Entender as relações jurídicas entre as pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado e o bem ambiental;
- Desenvolver uma perspectiva interdisciplinar e contextualizada do Direito Ambiental;
- Preparar para a ação profissional e a produção do conhecimento científico no âmbito do Direito Ambiental, com o objetivo de contribuir com a justiça socioambiental.

CONTEÚDOS

- 1. MEIO AMBIENTE E DIREITO**
 - 1.1. O meio ambiente e sua relação com a ecologia e a economia
 - 1.2. A tutela jurídica do meio ambiente: o bem ambiental
 - 1.3. Bem ambiental e Bem público
 - 1.4. Evolução do Direito Ambiental no Brasil
- 2. DIREITO AMBIENTAL: METODOLOGIA E AUTONOMIA**
 - 2.1. Direito de Terceira Geração
 - 2.2. Conceito de Direito Ambiental
 - 2.3. Objeto e objetivo do Direito Ambiental
 - 2.4. Destinatários das normas de Direito Ambiental
 - 2.5. Autonomia do Direito Ambiental
 - 2.6. Natureza das Normas de Direito Ambiental
 - 2.7. Interesses individuais, coletivos, difusos e individuais homogêneos
- 3. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL**
 - 3.1. A função dos princípios gerais do direito ambiental
 - 3.2. Princípio do direito humano fundamental
 - 3.3. Princípio do desenvolvimento sustentável
 - 3.4. Princípio democrático ou da participação
 - 3.5. Princípio da precaução (prudência ou cautela)
 - 3.6. Princípio da prevenção
 - 3.7. Princípio do equilíbrio
 - 3.8. Princípio do limite
 - 3.9. Princípio do poluidor-pagador

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 049/2014 DO CEPE).

- 3.10. Princípio da responsabilidade social
- 3.11. Princípio da informação ambiental

4. TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE

- 4.1. A normatização constitucional do meio ambiente
- 4.2. Ordem econômica e meio ambiente (livre iniciativa, direito de propriedade e função social)
- 4.3. Repartição de competências (federalismo, competências legislativas e executivas)
- 4.4. Normas constitucionais específicas acerca do meio ambiente

5. A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (PNMA)

- 5.1. Ordenamento jurídico infraconstitucional
- 5.2. Princípios, objetivos e conceitos da PNMA
- 5.3. Conceito, importância e órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)
- 5.4. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente
 - 5.4.1. Padrões de qualidade ambiental
 - 5.4.2. Zoneamento ambiental
 - 5.4.3. Licenciamento ambiental
 - 5.4.4. Sistema Nacional de Informações sobre o meio ambiente
 - 5.4.5. Instrumentos econômicos

6. O CÓDIGO FLORESTAL

- 6.1. Regulação das florestas nos Códigos Florestais de 1934 e 1965
- 6.2. Conceitos, objeto, objetivos do atual Código Florestal
- 6.3. As áreas de preservação permanente e a reserva legal
- 6.4. O uso econômico das florestas
- 6.5. Normas de proibição e controle para a conservação da vegetação

7. O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)

- 7.1. Conceitos, objetivos e diretrizes do SNUC
- 7.2. Órgãos de gerenciamento
- 7.3. Unidades de proteção integral
- 7.4. Unidades de uso sustentável
- 7.5. Criação, implantação e gestão das unidades de conservação

8. A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH)

- 8.1. Fundamentos, objetivos e diretrizes da PNRH
- 8.2. Conceito, importância e órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
- 8.3. Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos
 - 8.3.1. Planos de Recursos Hídricos
 - 8.3.2. Enquadramento dos corpos d'água
 - 8.3.3. Outorga dos direitos de uso da água
 - 8.3.4. Cobrança pelo uso da água
 - 8.3.5. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos

9. RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA

- 9.1. Responsabilidade civil objetiva
 - 9.1.1. Dano ambiental
 - 9.1.2. Reparação do dano ambiental
 - 9.1.3. Dano moral ambiental
- 9.2. Responsabilidade penal
 - 9.2.1. Crimes ambientais
 - 9.2.2. Responsabilidade penal da pessoa física
 - 9.2.3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica
- 9.3. Responsabilidade administrativa
 - 9.3.1. Infração e sanção administrativa
 - 9.3.2. Cumulação de sanções
 - 9.3.3. O processo administrativo e procedimento administrativo

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (quando houver)

Não há.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
SILVA, José Afonso da. Direito constitucional ambiental. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
Revista de Direito Ambiental. São Paulo: Editora dos Tribunais, ano 13, n. 52, out-dez, 2008.

Emissão

Data: 07/05/2013

Responsável: Profa. Carmen Roselaine de Oliveira Farias